

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Folha de São Paulo

Class.:

Data:

09.10.83

Pg.:

Janio de Freitas

A origem de Juruna e outras origens

Três componentes da situação brasileira que se interligam, nesse momento, de maneira indissociável, constituíram as razões imediatas da iniciativa de atribuir a uma frase do deputado Juruna valor idêntico às conquistas da abertura. Tais componentes são os negócios realizados à sombra protetora do governo; o uso, ainda que limitado a uma parte da imprensa, da liberdade de informação e, fechando a corrente, o jeito indomável da sucessão.

Mesmo sob pena de violentar a necessidade (e facilidade) brasileira de esquecimento rápido, que já esfumou um caso desta semana como se a ação do tempo o tivesse erodido, a permanência intacta daqueles três fatores associados no episódio Juruna justifica a hipótese de que vale esmiuçá-lo. E até menos para examinar o que se passou do que com vistas a atos presentes e futuros.

A observação da cronologia do caso Juruna quase dispensaria acréscimos ulteriores à simples lembrança. No último dia 26, segunda-feira, escapolem da Justiça indicações, ainda sem pormenores, de que o processo da Capemi iria em breve ferir o âmago do governo e do setor mais incivil do "Sistema". Se mesmo onde o "Sistema" não tem o menor interesse os seus agentes sempre metem o bedelho, a medida judicial em um processo que o envolve por certo já estava, naquela segunda-feira, fotografada, taquígrafada, radiografada e revelada aos interessados do Planalto e adjacências inquietas. Chegava, pois, concomitantemente à informação a um coabitante do Palácio, o ministro Delfim Neto, das palavras que Juruna lhe dirigira na mesma segunda-feira, precipitando-as em extensão a todo o Ministério.

Conjugados, de início, apenas pelo acaso, os fatos não mais se separaram. Com a pressa de quem deseja antecipar-se enquanto é tempo, na terça-feira o Planalto se lançava à convocação dos ministros a se mostrarem espontaneamente indignados com o parlamentar índio que errara, no dizer distraído do próprio líder do governo, Nelson Marchezan, ao generalizar suas acusações.

A antecipação preventiva do Planalto frustrou-se, porém, ao con-

flitar com a decisão do curador da 7ª Vara de Falências e Concordatas do Rio de também antecipar, para aquele mesmo dia, o anúncio do seu pedido de indicição de 13 pessoas no processo da Capemi. Entre elas, um filho do Presidente e parentes do comandante militar do Planalto, que, àquela altura, pregava a 200 oficiais teses nada surpreendentes se consideradas suas origens. Ou propósitos.

O deputado Juruna já retribuiu aos que lhe deram o voto. Sua acusação levou o governo a adotar como bom um pretexto que era apenas o mais à mão. Índio, símbolo das miríadas ultrajadas e da mais ultrajada das minorias, Juruna acentuou às vistas gerais a desproporção entre o seu ato e a reação, assim ~~asseitando~~ a imediata suspeita de que a cobrança pretendidamente moral fundava-se em objetivos descomprometidos desse valor.

O excesso de artificialismo da crise instaurada pelo Planalto, no entanto, assentou-se em motivos autênticos. Todos, uma vez que a crise não levou aos resultados que a inspiraram, ainda prevaletentes.

O primeiro desses motivos é o uso da liberdade de imprensa para a publicação de notícias e comentários sobre a corrupção. Daí que a primeira meta pretendida fosse o cerceamento à imprensa, que alguns julgavam possível pela decretação do Estado de Emergência em áreas determinadas e com a justificativa do controle das reações urbanas a medidas econômicas mais duras.

A partir deste cerceamento, criavam-se condições para purificar o noticiário também da sucessão. Na verdade, a difusão de notícias não tem sido discriminatória, mas o conteúdo do noticiário, desde a licença do general Figueiredo, tem servido muito mais às pretensões do vice-presidente Aureliano Chaves do que às do ministro Mário Andreazza, por motivos conhecidos.

A atribuição do episódio Juruna a uma "crise de mau humor do Presidente", como têm pretendido alguns pedessistas, não exclui os fins mas trai as origens da crise. Adequar aqueles e estas pode não ter maior utilidade, mas permite usar, ainda uma vez, um bem sob permanente ameaça nos governos que se ferem com a divulgação, não com os fatos.